

JOSÉ DE FARIA COSTA

DIREITO PENAL ESPECIAL

**(CONTRIBUTO A UMA SISTEMATIZAÇÃO
DOS PROBLEMAS “ESPECIAIS” DA PARTE ESPECIAL)**

Reimpressão



Coimbra Editora

2007

Composição e impressão
Coimbra Editora, Limitada

ISBN 972-32-1281-1

Depósito Legal n.º 218 366/2004

Abril de 2007

I**INTRODUÇÃO**

	Págs.
§ 1. Relações entre a Parte geral e a Parte Especial do Código Penal.....	13
1.1. Sentido e relevo sociais da chamada “Parte Especial” na estrutura de um Código Penal moderno	13
1.2. Significado e importância da confrontação normativa entre as chamadas “Parte Geral” e “Parte Especial”	15
1.2.1. Análise crítica de algumas características da chamada “Parte Geral”	17
1.3. A “Parte Especial” e o domínio do aparentemente óbvio. Ou da necessidade de se pensar metodologicamente ao invés.....	19

II**CONCRETIZAÇÕES OU AFLORAMENTOS
PROBLEMÁTICOS DA PARTE ESPECIAL****II.I****DOIS MOMENTOS DE INTERROGAÇÃO
PERANTE AS FUNÇÕES (DESCRITIVA E AGLUTINADORA)
DESEMPENHADAS PELA “PARTE ESPECIAL”**

§ 1. A função descritiva das representações e valorações colectivas e o surgimento de “novos” bens jurídicos	27
1.1. Síntese.....	33
1.2. A tentativa impossível de homicídio.....	34
1.3. A ofensa à memória de pessoa falecida.....	40
1.4. O bem jurídico integridade pessoal.....	42
§ 2. A função aglutinadora das representações e valorações colectivas e o princípio da “perequação”	53
2.1. O conceito de “perequação” como decorrência da função aglutinadora da PE	55

	Págs.
2.2. Alguns exemplos de conformidade aparentemente imperfeita....	59
2.3. As molduras penais dos crimes contra a honra e o juízo de proporcionalidade entre as penas de prisão e de multa.....	63

II. II

“NOVAS” CATEGORIAS DOGMÁTICAS

§ 1. Elementos implícitos do tipo.....	67
1.1. A função de garantia do direito penal e a vertente de tipicidade do princípio da legalidade	67
1.2. O valor patrimonial da coisa no crime de furto: um primeiro exemplo de elemento implícito do tipo	70
1.3. A intenção de restituir o veículo: o segundo exemplo de um elemento implícito do tipo.....	73
1.4. Síntese do problema	78
§ 2. A negligência grosseira.....	81
2.1. O problema: a norma definitiva de negligência na PG e a aparente assintonia representada pela previsão da negligência grosseira na PE.....	81
2.2. Alguma jurisprudência em matéria de negligência grosseira (ou um mero relançar de olhos sobre a realidade)	85
2.3. A negligência grosseira: uma tentativa de compreensão.....	93
§ 3. Causas “especiais” de não punibilidade	99
3.1. Algumas considerações gerais da (aparentemente estranha) inserção sistemática na PE aos problemas de qualificação dogmática.....	99
3.2. A causa de justificação do n.º 2 do art. 180.º CP.....	102
3.3. A causa de exclusão da culpa do n.º 2 do art. 151.º CP.....	114
3.4. As causas de não punibilidade <i>stricto sensu</i> do n.º 5 do art. 226.º CP	121
Bibliografia	131